



CONTRIBUIÇÕES DA FRENTE DE TRABALHO EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DO E NO CAMPO PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS

CONTRIBUTIONS FROM THE SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION WORK FRONT IN AND ON THE FIELD FOR THE TRAINING OF EDUCATORS

Jaqueline Braga Moraes Cajaiba
jaqueline.braga.psi@gmail.com

Josleide Cristina D'Oliveira Mattos
krismattos@gmail.com

Yure Oliveira Santos
yureyure253@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta os resultados alcançados durante a realização da Frente de Trabalho da Educação Especial e Inclusiva do Campo, bem como analisa as contribuições da formação para a realidade da educação inclusiva no campo. No embate teórico, aponta a relevância de promover Formação Continuada de Professores da Educação do Campo na perspectiva da Educação Especial Inclusiva. A frente de trabalho foi desenvolvida em 4 encontros formativos e abordaram discussões acerca da Educação Especial e Inclusiva na realidade da Educação do Campo. Outrossim, o contexto dos encontros formativos promoveu um debate que faz alusão à ressignificação da práxis pedagógica no que tange à temática inclusão. Os resultados revelam a importância da formação voltada à perspectiva da inclusão na realidade da educação do campo e apontam a perspectiva da educação inclusiva enquanto possibilidade da construção de uma sociedade democrática e que respeite a diversidade.

Palavras-chave: Educação do Campo e Educação Especial e Inclusiva.

Abstract

This article presents the results achieved during the Rural Special and Inclusive Education Working Group and analyzes the contributions of this training to the reality of inclusive education in rural areas. The theoretical framework highlights the importance of promoting Continuing Education for Rural Education Teachers from the perspective of Inclusive Special Education. The working group was developed through four training sessions and addressed discussions about Special and Inclusive Education in the context of rural education. Furthermore, the context of the training sessions fostered a debate that alludes to the redefinition of pedagogical practice regarding the theme of inclusion. The results reveal the importance of training focused on the perspective of inclusion in the reality of rural education and highlight the perspective of inclusive education as a possibility for building a democratic society that respects diversity.

Keywords: Rural Education; Special and Inclusive Education and Inclusion

Introdução

O presente texto apresenta a descrição e análise da Frente de Trabalho Educação Especial e Inclusiva do e no Campo. Uma atividade que se originou e foi desenvolvida dentro das ações do Programa Formação de Professores do Campo – FORMACAMPO. A problemática que conduz a investigação busca refletir sobre como a Frente de Trabalho possibilitou uma formação para professores e professoras, voltada a discutir a interface entre Educação Especial e Inclusiva e Educação do Campo. Nesta direção, o objetivo do trabalho é apresentar os resultados alcançados durante a realização da referida Frente, bem como discutir as contribuições da formação para a realidade da educação inclusiva no campo.

O Formacampo é um Programa que realiza atividades de extensão, por meio da formação continuada dos profissionais que atuam na Educação do e no Campo¹, em escolas dos municípios em todos os territórios da Bahia, através do seu Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC), em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com a Universidade de Santa Cruz (UESC) e com a Universidade Federal do Recôncavo (UFRB). No ano de 2023, abriu um espaço de importantes diálogos sobre a Educação Especial e Inclusiva no contexto das escolas do e no campo.

O Formacampo em 2023, dentre as diversas temáticas trabalhadas², fomentou um diálogo que problematizou o entendimento de que os desafios, limites e possibilidades vêm cerceando o direito de acesso e permanência da pessoa com deficiência nas escolas do campo, apontando como a formação de professores da Educação do e no Campo na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva³ pode ajudar na eliminação de barreiras impeditivas arraigada ao cotidiano educacional das diversas comunidades camponesas sem perder de vista a complexidade desse processo.

Cabe destacar que a realização de ações que contemplem a formação voltada à Educação Especial e Inclusiva na realidade da Educação do Campo além de possibilitar direcionamentos específicos aos educadores pode mobilizar mudanças de concepções acerca da deficiência contribuindo para um movimento de inclusão na escola. Tais transformações, concomitantes às quais passa a sociedade em geral, supõem uma abertura à pluralidade e à diversidade das pessoas.

¹ A Educação do e no Campo se contrapõe à Educação Rural de caráter capitalista e urbanocêntrico. Na perspectiva deste texto é utilizada na tentativa de conduzir o leitor a uma possibilidade de suplantar a concepção de educação rural oriunda do projeto educacional pensado no sistema capitalista que nega e produz o apagamento da trajetória históricas das lutas do campesinato brasileiro em toda sua complexidade.

² No site do programa Formacampo é possível acessar todos os links das lives, das frentes de trabalhos e minicursos ofertados, bem como materiais de estudos e demais atividades propostas. Site: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

³ A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. A Educação Especial na perspectiva de uma Educação Inclusiva está associada a ideia de uma educação para todos e no respeito a peculiaridade de cada indivíduo, com o intuito de possibilitar a integração e a interação dos educandos no contexto educacional, preconizada em um vasto arcabouço legal reafirmada pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 que defende que a capacidade civil das pessoas com deficiência deve ser respeitada, garantindo o exercício pleno e efetivo de todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Movimentos sociais e transversalidade da educação do campo e educação especial e inclusiva

A interseção entre a Educação do Campo e a Educação Especial e Inclusiva revela um cenário complexo, marcado por desafios e oportunidades. Ambos os campos lidam com realidades educacionais específicas, sendo a Educação do Campo focada nas peculiaridades das áreas rurais e a Educação Especial e Inclusiva voltada para atender às necessidades diversificadas dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades. A convergência desses contextos destaca a importância de compreender suas interfaces e promover práticas pedagógicas inclusivas e socialmente justas.

Os movimentos sociais são ações produzidas por diferentes coletivos organizados pela sociedade civil que visam lutar por alguma causa social. Estes desempenham um papel crucial nessa discussão, uma vez que têm o potencial de influenciar políticas públicas e moldar o panorama educacional. No contexto da Educação do Campo, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) têm lutado não apenas por reforma agrária, mas também por uma educação contextualizada e relevante para as comunidades rurais.

[...] é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (Caldart, 2002, p. 26, grifos no original).

Caldart (2002) destaca a essência da luta do povo do campo em busca de políticas públicas que assegurem o direito à educação de maneira genuína e contextualizada. A autora ressalta dois aspectos fundamentais: o "no" e o "do" campo. O "no campo" expressa a reivindicação legítima do povo camponês de receber educação em seu local de origem. Isso não apenas reconhece o direito do indivíduo de ser educado no ambiente em que reside, mas também compreende a importância de uma educação que considere as particularidades, desafios e riquezas culturais específicas do meio rural.

Por outro lado, o "do campo" elucida a necessidade de uma educação pensada e construída a partir do próprio campo, envolvendo a participação ativa da comunidade. Isso implica em um processo educacional que seja moldado pela realidade local, conectado à cultura e às demandas específicas das populações rurais. A participação ativa do povo do campo na definição dos conteúdos, métodos e objetivos educacionais é fundamental para garantir uma educação que atenda às suas necessidades humanas e sociais.

Da mesma forma, os movimentos ligados à Educação Especial e Inclusiva buscam garantir que políticas e práticas educacionais considerem as necessidades e potencialidades de todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Consideramos que tanto o movimento do fórum, quanto as nossas práticas como profissionais da educação devem considerar a realidade dos envolvidos de forma reflexiva, autorreflexiva e crítica, por meio da comunicação, do diálogo, buscando a emancipação e a autonomia desses sujeitos. (Vieira; Almeida, 2021, p. 94)

Diferentes vozes emanadas pela representatividade de excluídas do processo democrático, que buscam ocupar os seus espaços de direito. Outrossim, a Educação do Campo e a Educação Especial e Inclusiva são demandas que despontam destes diferentes coletivos de luta. Tem sua existência demarcada e referenciada por um processo de interfaces, um conjunto de meios planejadamente dispostos, sejam eles físicos ou lógicos, com vista a fazer a adaptação entre modalidades que constituem o sistema de ensino.

Essas modalidades têm na transversalidade a possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Neste sentido interfaces e transversalidade atravessam o processo de constituição dos pressupostos didático, metodológicos e pedagógica que permeia a relação entre Educação do Campo e a Educação Especial e Inclusiva, está fundamentada nas conquistas populares consubstanciadas pelo caráter educativo dos movimentos sociais, pela interação provocada pelo conceito de interface e pela possibilidade de aprender a conviver que a transversalidade imprime ao processo educativo.

A educação que emana dos movimentos sociais e seus processos educativos se destaca justamente por questionar as estruturas sociais que se transmutam nos discursos de ódio, exclusão das “minorias” e deslegitimação de suas causas historicamente marcadas pelo enfrentamento da vulnerabilidade social, da luta pelo reconhecimento das questões identitárias, na luta contra privilégios de grupos dominantes e pelo estabelecimento de estratégias discursivas para aumentar a consciência coletiva e o sentimento de coexistência.

A luta dos movimentos sociais encontra-se pautada na eliminação de barreiras impostas a uma parcela da sociedade, fluem das demandas dos coletivos da luta política por justiça social, uma representação legítima do poder que emana do povo e de suas reais necessidades, impelindo o movimento pelo processo de inclusão. Conforme Paulon (2005, p. 34):

A inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças.

Os movimentos políticos de luta pelo acesso à educação atravessam a defesa da Educação do Campo e da Educação Especial e Inclusiva. Uma luta que se desenrola à medida que o sistema educacional brasileiro vai se constituindo sob a égide de processos educacionais excludentes, marcados pela violência simbólica, invisibilização e negação do outro, gerando conforme Lustosa e Pires (2017, p. 499), a violência alteritária, voltada ao “alter”, ao outro, que abarca a violência sistêmica – “forma esta alimentada por meio das coordenadas estruturais de reprodução das relações sócio-econômicas, políticas e culturais”.

O princípio da Educação do Campo é a Inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Assim, sua essência pedagógica e metodológica contempla pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas.

Os processos educacionais neste contexto têm sua gênese na labuta dos sujeitos e dos movimentos sociais, que imbuídos na luta pela terra, também se debruçam na busca em promover processos educacionais que prezem os valores, os princípios e os modos de ser e viver daqueles que integram o campo.

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo (Arroyo; Cardart; Molina, 2011, p. 14).

A Educação do Campo tem como lócus de sua ação uma nova dimensão e um novo sentido, o de atender os sujeitos do e no campo a partir de um novo debate sobre seu caráter formativo, sobre a formação dos professores, sobre o tipo de processo ensino aprendizagem a ser realizado, seguindo o pensamento de Freire (1996 p.08):

Trata-se de pensar os homens como seres em constante devir e não como indivíduos prontos e acabados, alguns até circunscritos, por exemplo, sob os rótulos de inferiores e mesmo deficientes, além de estigmatizados como limitados em relação à sua capacidade de aprendizagem e de se posicionar diante de si mesmo, do outro e da própria vida.

A Educação do Campo precisa dar conta de uma demanda que perpassa questões que vão de uma práxis pedagógica que tem no trabalho seu princípio educativo, às questões socioculturais que permeia o “Ser” e o “Existir” de homens e mulheres do campo, prezando suas identidades, mas ressaltando sua singularidade e pluralismo. Sim, é assim complexo é plural que o educando da educação do Campo precisa ser percebido. Neste sentido cabe ressaltar que o lugar do aluno com deficiência nas escolas do campo deve estar preservado e garantido.

Vale destacar que a transversalidade na Educação Especial e Inclusiva é compreendida como uma forma de organização do trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, propondo o desafio do diálogo entre as fronteiras do saber e poder, retroalimentando permanentemente as cadeias de sustentação de rede de apoio ao processo pedagógico e metodológico cujo princípio condutor é a oferta de uma Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (Brasil, 2008, p. 1).

A transversalidade da Educação Especial e Inclusiva garante as bases de um projeto de educação que vem sendo arduamente construído pelos que buscam atender os anseios e as necessidades das pessoas com deficiência que aprendem e produzem saberes em diferentes ambientes educativos inclusive na Educação do e no Campo, nos espaços da floresta, agropecuária, das minas e da agricultura, chegando também aos espaços pesqueiros, a populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. Diante disso a formação de professores é um elemento central nesse cenário. A formação transversal e interdisciplinar torna-se, então, essencial para habilitar os professores a desenvolverem práticas inclusivas, promovendo uma educação que respeite a diversidade presente nos ambientes rurais.

Formação de educadores diante da educação especial inclusiva do e na educação do campo

A Formação de Professores da Educação do Campo na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva tem como principal desafio romper com práticas que excluem as pessoas com deficiência do contexto escolar, afinal esta modalidade de ensino pensa a educação para além do viés da normalização e para além de práticas educativas preconizadas apenas no contexto da Estrutura, Funcionamento e Disciplinarização dos Corpos.

Segundo Molina (2017, p. 591), ao contrário da lógica da escola capitalista, a Educação do Campo tem-se pautado por uma matriz formativa ampliada que comporta diferentes dimensões do

ser humano [...]. A matriz formativa da educação campesina parte do princípio dela como formação humana, recusando a matriz estreita e limitada da escola capitalista, cuja lógica estruturante é a produção de mão de obra para o mercado.

Se a Educação do e no Campo está pautada numa matriz formativa ampliada que comporta diferentes dimensões do ser humano, urge a necessidade de propagar uma proposta de formação que atue clarificando os mecanismos que promovam a consolidação das políticas públicas inclusivas dentro de uma abordagem histórica traçada pelos movimentos sociais contra os mecanismos de exclusão e segregação dos sujeitos campesinos, incluindo nesse processo a pessoa com deficiência.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as Diretrizes Complementares da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva já estabelecem um diálogo entre si, o que precisa mudar são os indicativos de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica quando o assunto é inclusão da pessoa com deficiência na escola.

Essa constatação está baseada nas estatísticas que apontam a presença cada vez maior dos estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns. Até o ano de 2022 segundo microdados do censo escolar o número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão, um aumento de 29,3% em relação a 2018.

Convivendo com a diversidade do ambiente escolar, a formação de professores da educação básica é fundamental para garantir inclusão e qualidade na aprendizagem. Mas a realidade da formação docente no Brasil parece ainda não acompanhar o ritmo desses avanços, pois em 2022 dos 2.315.616 professores regentes que atuam no país, 94,2% (2.181.255) não tinham formação continuada em educação especial, segundo o Painel de Indicadores da Educação Especial.

Mesmo dentre aqueles que trabalham no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e, portanto, atuam exclusivamente com pessoas com deficiência, menos da metade — 44,3% ou 22.752 de 51.360 docentes — têm formação continuada em educação especial.

A Articulação entre escolas, poder público, universidades é fundamental no processo de reversão desse quadro com a criação e fomento das políticas de formação continuada de professores.

Os microdados do Censo escolar indicam que há imensos desafios a serem enfrentados para a disponibilização de professores com formação continuada adequada para atuar nos processos de ensino-aprendizagem de tais educandos. Há uma emergência em pensar propostas de intervenção que possam fortalecer a formação docente, viabilizar condições de aprendizagem ao longo da vida para o estudante da Educação Especial e Inclusiva no contexto das escolas do e no campo.

Os dados estatísticos apresentados ilustram os desafios existentes tanto para a formação inicial e continuada do professor que atua na sala de aula regular, quanto para o professor que atua no atendimento educacional especializado. Se a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica tem por finalidade organizar e efetivar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em estreita articulação com os sistemas, redes e instituições de educação básica e superior, o acesso a uma formação continuada e em serviço é, sem dúvida alguma, a chave mestra para consolidar a existência da escola inclusiva.

Os dados estatísticos são importantes, pois nos revelam o número de estudantes atendidos e o número de professores da Educação Básica, bem como sua formação, principalmente dos que atuam na Educação Especial. Precisamos de uma formação de professores fundamentada nos aspectos de interface e transversalidade com a Educação do Campo, amparada pelos aspectos normativos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Educação, sem deixar de lado uma fundamentação teórico-metodológica tomada pelo sentido do pensamento freiriano, que tenha como princípio a libertação dos sujeitos negados pela escola.

É urgente abandonar as práticas de segregação, fortalecendo cada vez mais a necessidade de consolidar o direito à educação, com amparo legal instituído pela legislação, pelos aspectos jurídicos, pelas políticas públicas e pelo processo de humanização da educação. Cabe ao educador

do Campo, diante de todos os desafios que lhe são impostos, entender a transversalidade da Educação Especial e Inclusiva na Educação do Campo como uma oportunidade de educar, sem perder de vista a diversidade do sujeito que habita os processos educativos na Educação do Campo.

É imprescindível a garantia de abordagens temáticas pautadas na inclusão da pessoa com deficiência nas agendas formativas instituídas nas Diretrizes Curriculares de cada município, nos projetos políticos pedagógicos, uma reflexão sobre as ações educativas voltadas à inclusão, o significado do termo deficiência, seu campo semântico e semiótico, sua existência concreta e coexistência à mercê do estado neoliberal ou sua subjetividade construída dia a dia em seus espaços de vivência das comunidades, principalmente no contexto escolar.

Precisamos entender que o ato de incluir só ocorre de fato desvinculado da ótica da biopolítica, biopoder e pela governabilidade. Incluir está para além do direito, incluir significa humanizar o processo educativo. O professor como mediador dos processos de inclusão da pessoa com deficiência na escola deve ter uma formação que lhes possibilite ter condições de implementar planejamentos que promova a diversidade nas escolas: implementação e apoio de políticas públicas, boa gestão escolar, estratégias pedagógicas, inclusão da família e apoio de parcerias para vencer o ciclo da exclusão e dar espaço ao ciclo da inclusão da pessoa com deficiência.

Metodologia

A perspectiva metodológica utilizada se emparou na abordagem qualiquantitativa. Conforme pontua Minayo (1997), se baseia na análise e apresentação tanto quantitativa como qualitativa dos resultados, afinal estes elementos se complementam de modo a validar os resultados. Entendemos, assim, que a análise de dados que se traduzem pelo viés quantitativo pode ser muito útil na compreensão dos fenômenos educacionais. Outrossim, a apreciação dos dados traduzidos em números, acrescidos daqueles procedentes dos dados qualitativos podem potencializar a compreensão das investigações. Por isso, entende-se que a junção da quantidade e qualidade presentes neste artigo, são fundamentais para o entendimento das informações ora analisado.

Além disso, utilizamos informações que constam no site do Formacampo, informações das lives de formação, e as respostas dos formulários de respostas dos cursistas elaborados com fins avaliativos. As informações adquiridas foram tabuladas e analisados do modo a buscar compreender a realidade e percepções dos participantes acerca do programa, bem como as inferências das formações para a realidade dos cursistas.

Resultados e Discussão

A Frente de Trabalho Educação Especial e Inclusiva do e no Campo teve objetivo central ofertar uma formação direcionada aos educadores do campo e fomentar a discussão acerca da Educação Especial e Inclusiva. As atividades aconteceram no contexto da programação do Formacampo e foram transmitidas pelo Canal do Gepemdecc no YouTube.

A Frente de Trabalho ora analisada neste artigo foi desenvolvida em 4 encontros formativos e abordou temáticas e discussões acerca da Educação Especial e Inclusiva na realidade da Educação do Campo. Cada Live teve duração média de 1 hora e 30 minutos e teve uma proposta formativa focada na construção, fortalecimento e consolidação de debates a respeito do acesso e permanência da pessoa com deficiência (PCD) nas escolas do Campo. Vale mencionar que esta frente de trabalho teve um total de 1425 inscritos. Durante a realização dos encontros os cursistas inscritos participaram

do chat deixando comentários e questionamentos relacionados às temáticas trabalhadas. As formações foram ministradas e mediadas pelos coordenadores territoriais⁴ do Formacampo.

Todo material que fundamentou os encontros formativos e que foi disponibilizado para os cursistas por meio do site do Gepemdecc resultaram de pesquisa com levantamento bibliográfico partindo das categorias de análise: Interfaces, Transversalidade, Educação do e no Campo, Educação Especial e Inclusiva e Formação de professores. Esta Frente de Trabalho preconizou seus pressupostos considerando os seguintes aspectos: as lutas tensionadas pelos movimentos sociais que demarcam a materialidade de origem da Educação do e no Campo e da Educação Especial e Inclusiva; a transversalidade como princípio de organização pedagógica da escola cidadã que aproximam educadores dos processos de inclusão da pessoa com deficiência (PCD) nas escolas e a Formação Continuada para os professores da Educação do Campo na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva.

Os aspectos acima citados referenciam tópicos de discussões que conduziram a escrita deste texto com abordagens voltadas ao reconhecimento da Educação do e no Campo como espaço privilegiado para inclusão, aclarando caminhos para o entendimento de que as políticas públicas emergem do campo de lutas dos movimentos sociais e se consolidam pelas mãos do povo que de posse dos conhecimentos necessários vão em busca da institucionalização, acompanhamento e fiscalização da efetivação das políticas pública que lhes é de direito.

Dentro da proposta do Formacampo para o ano de 2023 as atividades da Frente funcionaram em consonância com os objetivos do programa, afinal o programa pauta suas ações na formação de educadores do campo de modo a fomentar a formação continuada que contemple as dimensões humanas e que valorize a diversidade dos povos do campo.

Cabe ressaltar a relevância com que o programa se materializa e se desenvolve de maneira significativa na formação continuada e, assim, contribui para que haja um olhar sensível para as escolas do campo, bem como para o processo de ensino-aprendizagem, haja vista que é importante que os professores encontrem caminhos para darem continuidade à sua formação docente. (Cajaiba, Santos e Silva, 2022, p. 13)

No processo de materialização da formação e consoante aos ideais do Formacampo as atividades formativas que contemplaram a educação especial e inclusiva do e no campo, a partir de debates que evidenciavam a riqueza das diferenças, identificando contradições, paradoxos e promovendo reflexões críticas no sentido de romper com as ações pedagógicas segregadoras e excludentes. A seguir o quadro 1 ilustra a descrição dos encontros formativos da Frente de Trabalho Educação Especial e Inclusiva do e no Campo que aconteceram entre os meses de julho a setembro de 2023.

⁴ A Frente de Trabalho Educação Especial e Inclusiva foi organizada e ministrada por: Josleide Cristina D'Oliveira Mattos (URFB), Jaqueline Braga Moraes Cajaiba (PPGED/UESB) e Yure Oliveira (PPGED/UESB).

Quadro 2 - Descrição dos encontros formativos da Frente de Trabalho Educação Especial e Inclusiva do e no Campo

Tema da formação	Visualizações	Data	Link de transmissão
O processo histórico da Educação Especial e Inclusiva e sua interface com a educação do campo	5,5 mil	11/07/2023	https://www.youtube.com/watch?v=XCl_EINbCCc
Temas, nomenclaturas e teóricos da Educação Especial e Inclusiva e sua transversalidade com a Educação do Campo.	1,5 mil	08/08/2023	https://www.youtube.com/watch?v=-V0ATezc3QY&t=6s
Atendimento Educacional Especializado e a Inclusão Escolar no campo.	1.6 mil	22/08/2023	https://www.youtube.com/watch?v=VnArz-sL8-4&t=48s
Formação inicial e formação continuada para os professores da Educação do Campo na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva: possibilidades, limites e contradições.	1,6 mil	11/09/2023	https://www.youtube.com/watch?v=ZT8HuuvCdqQ&t=5s

Fonte: Elaboração dos autores com base no canal do Gempemdecc⁵.

O quadro 2 ilustra as atividades desenvolvidas na Frente de Trabalho de modo a situar a quantidade de visualizações bem a temática, data de realização e link de acesso. É possível observar por meio do quantitativo de inscrições na formação quanto a quantidade de visualizações que a temática é urgente e precisa de espaços formativos.

Destarte, a participação nas lives e as reflexões oriundas do *chat*, revelam envolvimento e interesse dos cursistas, além de socialização de experiências na realidade de trabalho com educação especial na perspectiva da inclusão. Além disso, nas reflexões despontavam desabafos no que concerne a estrutura das escolas, formação adequada, carência de materiais didáticos adequados.

O contexto dos encontros formativos rendeu a participação de milhares de cursistas e promoveu um debate que faz alusão à resignificação da práxis pedagógica no que tange a temática inclusão. As formações integram agora lives no canal Gepemdecc – Universidade do Sudoeste da Bahia - UESB- 2023, ressonante com linha de ação das diferentes instituições tais como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que priorizam abordagens temáticas no campo das políticas públicas em consonância com movimentos sociais, diversidade, educação do campo e formação de professores.

⁵ Canal do Gepemdecc: <https://www.youtube.com/@GEPEMDECCUESB>

Considerações Finais

As discussões e informações apresentadas neste texto evidenciam que os diálogos e contribuições do programa Formacampo no contexto da Frente de Trabalho da Educação Especial e Inclusiva do Campo apontam a possibilidade de avançar na luta pela construção da escola cidadã e na compreensão do modelo social de inclusão como condição para construção de espaços educativos mais humanizados e imbuídos pelo desejo de acolher a diferença. De modo a promover o conhecimento técnico, teórico e metodológico para que as políticas públicas pautadas na inclusão de pessoas com deficiência atendam as especificidades das pessoas com deficiência e estejam presentes nas escolas do campo.

Embora sejam identificados avanços e potencialidades com a realização da ação formativa, é preciso reconhecer que temos desafios a superar quando o assunto é inclusão. O desafio está em tornar a escola um espaço inclusivo que possibilite o acesso democrático à Educação. Esta solução não vai se dar pela manutenção do mesmo padrão excludente que existe na sociedade. O problema da implementação dessa nova concepção de educação se perfaz pela necessidade de construção de uma legitimidade real do respeito, valorização e reconhecimento das diferentes formas de ser e existir da humanidade.

Em suma este estudo apresentou os resultados alcançados com a realização da Frente de Trabalho da Educação Especial e Inclusiva do Campo, ademais trouxe discussões acerca das contribuições da formação para a realidade da educação inclusiva no campo. Outrossim, os dados revelam a importância e urgência da formação voltada a perspectiva da inclusão na realidade da Educação do Campo bem como, elucida a perspectiva da educação inclusiva enquanto possibilidade da construção de uma sociedade democrática que respeite a diversidade.

Em suma, a Frente de Trabalho Educação Especial e Inclusiva do e no Campo foi conduzida pelo conceito do modelo social de inclusão, imbuída pelo preceito de justiça social e estado de direito, assim realizou um trabalho pautado no tripé – pesquisa – ensino e extensão que revela a importância de ações voltadas à formação continuada de professores que atuam na educação do campo em seus diversos segmentos, níveis etapas e modalidade.

Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagma (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação, e outras providências**. Lex. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-201>. Acesso: 04/01/2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso: 29/12/2023.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso: 04/01/2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008a. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 04/01/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 04 de janeiro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, MEC; SEEP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-edu-cacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 13 fev. 2018.

CAJAIBA, Jaqueline Braga. Moraes; SANTOS, Arlete. Ramos. dos; BRITO, Valéria. Souza. Lima. Formação docente do/no campo: protagonismo do Programa Formação de Professores do Campo (Formacampo). **Revista Educação e Formação**, [S. l.], v. 7, p. e8075, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8075>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CALDART, Roseli. Salete.; PEREIRA, Isabel. Brasil.; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART Roseli Salete. Os sujeitos da Educação do Campo, In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete(orgs). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 4. Brasília: UnB, 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. **Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsBCrCLWjzyWyB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

LUSTOSA, Maria Anita Vieira; PIRES, Márcia Gardênia Lustosa. Educação em tempos de “obscurantismo ideológico”: violência, poder e ideologia como instrumentos de dominação no capitalismo global contemporâneo. In: **(Vários) Poder, violência, ideologia e filosofia da educação**. Fortaleza: Editora Nova Civilização, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista Conselho da Justiça Federal (CEJ)**, ano VIII, set. 2004, p. 36-44.

MOLINA, Mônica Castagna; MONTENEGRO, João Lopes A.; OLIVEIRA, Liliane Lúcia N. A. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo**. Raízes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2, jan.-dez. 2009; v. 29, n. 1, p. 174-190, jan.-jun. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaeducinclusao.pdf>. Acesso: 23 dez. 2023.

VIEIRA, Islene da Silva; ALMEIDA; Mariangela Lima De. **Gestão de Educação Especial: movimentos formativos e políticos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: https://educacao.ufes.br/sites/educacao.ufes.br/files/field/anexo/e-book_islene_e_mari_dl_30.06.21.pdf. Acesso em: 04 de janeiro de 2024.

Recebido para publicação em janeiro de 2026.

Aprovado para publicação em junho de 2026.